ATA DE POSSE DO DÉCIMO COLEGIADO (BIENO 2022-2024) DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DO IDOSO – CEDI/CE

Aos 27 dias do mês de Junho do ano de dois mil e vinte e dois, realizou-se a posse da décima gestão do Colegiado do Conselho Estadual do Direito do Idoso – CEDI/CE, com inicio às quatorze horas e trinta minutos, de forma presencial, no Auditório da Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos do Estado do Ceará – SPS, Rua Soriano Albuquerque, 230 - Joaquim Távora,Fortaleza - CE. Iniciou-se com acolhimento via apresentação da banda Forró Quanto Mais Véi Mió. Na sequência, teve apresentação musical de Xote, do Grupo de Pessoa Idosa da Unidade Espaço Viva Gente. Em seguida, ocorreu a composição da mesa de abertura com a presença do Secretário Executivo de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos– SPS, João Tadeu Lustosa de Brito Júnior, da Presidente do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso – CEDI, Maria Amélia Prudente Pinheiro, do Coordenador Auxiliar do Caocidadania – Ministério Público, Alexandre de Oliveira Alcântara, do Supervisor do Núcleo de Idoso da Defensoria Pública do Estado do Ceará – Defensoria Pública, Daniel Leão Hitzschky Madeira, da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência – COPID, Vyna Maria Cruz Leite, da Presidente da Comissão de Direitos da Pessoa Idosa da Ordem dos Advogados Brasileiro do Ceará – OAB-CE Patrícia de Abreu, da Defensoria Pública o senhor Daniel Leão, da Delegacia de Proteção a Pessoa Idoso e da Pessoa com Deficiência, Ronald Botelho e da Casa Civil, Maria Zelma de Araújo Madeira. Prosseguindo, a palavra foi passada para a presidente, Amélia Prudente do Conselho Estadual de Direito do Idoso – CEDI, que cumprimentou a todos e todas os presentes na solenidade e falou que esse momento é especial, por ser a posse da décima gestão do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso– CEDI, e que vê o momento como um "passar de bastão", onde os novos conselheiros, assim como os que estão se ausentando, têm um desejo maior de ver o Idoso cearense ser respeitado na garantia de seus direitos, e de viver e envelhecer com dignidade. Dando continuidade, falou que o Brasil terá daqui a sete anos e meio uma população com mais Pessoas Idosas, e que mesmo com esse número significativo de Idosos, não temos dentro do orçamento da esfera pública

nos níveis nacional, estadual e municipal, um orçamento e uma política clara de direitos para Pessoa Idosa. Na sequência, agradeceu aos conselheiros e conselheiras das nove gestões anteriores que fizeram parte do CEDI, agradeceu a Secretaria de Proteção Social, aos municípios que se disponibilizaram ao chamamento do CEDI, a Secretária Executiva Dalila Rodrigues, a Equipe Técnica do CEDI, e a Associação para o Desenvolvimento dos Municípios do Estado do Ceará – APDMCE. Amélia Prudente finalizou a sua fala agradecendo a todos os presentes pelo tempo que cada um se dedica ao bem público e especial ao bem da Pessoa Idosa. Seguindo, a palavra foi passada para Vyna Leite – COPID, que iniciou agradecendo as pessoas e os Idosos presentes, em seguida fez sua autodescrição. Na continuidade, relatou que o colegiado sempre deve ter o cuidado em dialogar com os municípios do interior, da região metropolitana, das instituições, e das equipes que cuidam das Pessoas Idosas, assim como, de fazer jus ao que chamamos de controle social. Dando sequência, a senhora Vyna Leite, informou que o trabalho realizado via CEDI durante a pandemia foi desafiador, e agradeceu a equipe administrativa e executiva, em especial ao trabalho desenvolvido pela Secretária Executiva Dalila Rodrigues, e assim, finalizou sua fala desejando sorte e sucesso a nova gestão. Prosseguindo, a senhora Patrícia de Abreu Viana – OAB/CE iniciou a fala agradecendo aos presentes e elencou a importância do trabalho coletivo das instituições com a participação da Pessoa Idosa e ressaltou que futuramente possamos nos reunir para celebrar que os direitos são de fato respeitados. Seguindo, o senhor Daniel Leão - Defensoria Pública, iniciou a fala cumprimentando os presentes, fez sua autodescrição e enalteceu o papel do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso, e reafirmando a parceria da Defensoria Pública com o CEDI. Na continuidade, terminou a fala agradecendo os presentes e desejou um excelente mandado aos novos conselheiros. Na sequência, o delegado Ronald Botelho da Delegacia de Proteção a Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência – DPIPD, iniciou a fala agradecendo os presentes, e enfatizou que a Pessoa Idosa a cada hora e minuto sofre violência, seja ela por questão financeira ou discriminação, mas que a delegacia está sempre disponível para acolher os

casos. Prosseguindo, a palavra foi passada para o senhor Alexandre de Oliveira Alcântara – Ministério Público, que cumprimentou a todos e fez sua autodescrição. O representante do MP pontuou que vivemos atualmente uma crise política, econômica e social, e que a democracia e os conselhos sociais estão sob ataque na atual conjuntura, com agravos devido ao momento da pandemia. Dando continuidade, agradeceu o trabalho já realizado pelas últimas gestões do CEDI, que tentou levar a discussão do envelhecimento para o interior do estado e que realizou diversos eventos no sentido de aproximar essa rede de proteção. Acrescentou que as condições dos idosos no estado do Ceará ainda são muito precárias, e que não temos uma política estadual e nacional de cuidados permanentes para pessoas dependentes. Isso se deve, segundo ele, à falta de pactuação do governo federal. Defendeu ainda que o poder público e o estado precisam entender que houve uma transição demográfica e que as políticas precisam ser construídas para as pessoas idosas. Na sequência, ressaltou que o CEDI precisa impulsionar os Conselhos Municipais, junto aos seus respectivos prefeitos, para que criem políticas públicas municipais. O senhor Alexandre finalizou destacando que o Estado do Ceará precisa de mais Instituições de Longa Permanência – ILPIs, Centro Dias, assistência às famílias, e que se todas as instituições convergirem nas suas ações poderão levar mais dignidade a todas as Pessoas Idosas do estado do Ceará. Logo após, a senhora Zélia Madeira – Casa Civil, iniciou a fala saudando aos presentes e expressou o prazer em participar desse momento de posse do CEDI, e que muito lhe honra estar se aproximando das temáticas e demandas apresentadas pelo segmento populacional do Idoso do Estado do Ceará. Prosseguindo, foi realizada a leitura do Termo de Posse dos novos conselheiros e conselheiras do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso. Na sequência, a Secretária Executiva Dalila Rodrigues conduziu a fala, e em nome da Secretaria Executiva e da Equipe Técnica do CEDI, fez um agradecimento a todos conselheiros da nona gestão pelos avanços e conquistas obtidas durante o pleno. Prosseguiu falando que é a defesa intransigente dos direitos da Pessoa Idosa que faz o Conselho Estadual dos Direitos do Idoso ser destaque em nosso país e modelo para os demais estados. Seguiu

elencando que as ações do colegiado se tornaram mais simbólicas dado o cenário de pandemia em que o nono colegiado foi eleito, no período em que muitos segmentos foram paralisados, mas que em contrapartida o CEDI permaneceu a desenvolver suas atividades, por entender que um dos principais grupos de risco na pandemia era o das Pessoas Idosas. Enfatizou que o CEDI buscou se reinventar e descobrir novas maneiras de realizar políticas públicas, e que o colegiado e a Equipe Técnica buscaram formas de organizar e solucionar os impactos causados pelo covid-19. Embora estivessem em formato remoto, os conselheiros se reuniram junto aos parceiros no intuito de criar melhores alternativas para proteger os idosos do estado do Ceará. Na continuidade, fez menção honrosa às presidentes Vyna Leite e Amélia Prudente que fizeram parte da nona gestão, e agradeceu por todo empenho, compromisso e empatia para ações do conselho. Ressaltou as muitas conquistas alcançadas dentro do CEDI e destacou a liberação de recursos, a prestação de contas do Fundo Estadual do Idoso – FEICE, atualização dos Conselhos Municipais, realização de capacitações, reuniões com os parceiros do CEDI, visitas institucionais, campanha para destinação de imposto de renda, e ampla aprovação de projetos sociais da capital, região metropolitana e do interior do estado. Seguindo, agradeceu a Secretaria de Proteção Social – SPS, pelo apoio técnico, jurídico e estrutural. A Secretária Dalila Rodrigues finalizou ressaltando que o colegiado da nona gestão colaborou para promoção do envelhecimento ativo e saudável dos Idosos do estado do Ceará. Prosseguindo, foi apresentado pela conselheira Mariana Reis o resumo das atividades, que segue em anexo, da Comissão de Análise de Projetos e Gestão do Fundo. Na sequência, a conselheira Thaís Pinheiro da Comissão de Normas e Fiscalização fez a apresentação, também em anexo, das ações desenvolvidas pela comissão durante o pleno. Logo após, a conselheira Guirlanda Pontes da Comissão de Articulação e Políticas Públicas, apresentando o resumo das ações realizadas durante a gestão, conforme anexo. Dando continuidade, deu-se início à palestra "Desafios Contemporâneos para Participação do Controle Social das Políticas Públicas", conduzida pela senhora Zelma Madeira. Prosseguindo, a Secretária Executiva Dalila Rodrigues **informou**

aos conselheiros e conselheiras empossados, que a primeira Reunião Ordinária do novo colegiado, será executada dia cinco de julho do corrente ano, para escolha da presidência e vice-presidência, e que respeitado a alternância do Conselho, será escolhido para presidente um representante da Sociedade Civil e, para vice-presidente, um representante Governamental. Informou que será criado um grupo com todo colegiado para o envio das informações das próximas reuniões, por meio de e-mails, mensagens e ligações. Seguindo para o **encerramento**, a Secretária Executiva Dalila Rodrigues agradeceu a participação dos conselheiros e os demais presentes, finalizando, assim, o evento de posse. Eu Dalila Rodrigues lavrei a Ata com exposição sucinta dos trabalhos, conclusões e deliberações, conforme Art. 24 do regimento deste Conselho, que dato e assino, após ser assinada pelos demais Conselheiros e conselheiras presentes. Fortaleza/CE, 27 de junho de 2022.

Quitéria Clariece Magalhães Carvalho
Conselheira Titular do CEDI
SPS

Myrla de Sousa Lopes
Conselheira Suplente do CEDI
SPS

Elane Mendonça de Araújo Madeira
Conselheira Titular do CEDI
CASA CIVIL

Maria Zelma de Araújo Madeira
Conselheira Suplente do CEDI
CASA CIVIL

Maria Thaís Pinheiro Holanda
Conselheira Titular do CEDI
CGE

Geórgia Peixoto de Oliveira
Conselheira Suplente do CEDI
CGE

Maria Gorete Oliveira de Sousa
Conselheira Titular do CEDI

Paula Gomes da Silveira
Conselheira Suplente do CEDI

SECULT

Ana Cecília de Brito Saunders
Conselheira Suplente do CEDI
SESA

SECULT

Ana Paula Silva Santos Barroso
Conselheira Titular do CEDI
SSPDS

Rosendo Freitas de Amorim
Conselheiro Titular do CEDI
SEDUC

Ilana Carlos Ferro Castro
Conselheira Titular do CEDI
SAP

Maria do Socorro de Oliveira Matias
Conselheira Suplente do CEDI
SAP

Jordete de Oliveira Franco Gomes
Conselheira Titular do CEDI
SEPLAG

Honorina Batista de Deus Silva
Conselheira Suplente do CEDI
SEPLAG

Gerídice Lorna Andrade de Moraes
Conselheira Titular do CEDI
ABRAZ

Luciane Ponte de Melo
Conselheira Suplente do CEDI
ABRAZ

Walda Viana Brígido de Moura
Conselheira Titular do CEDI
ACEPI

Vejuse Alencar de Oliveira
Conselheira Suplente do CEDI

Rubem Costa de Oliveira
Conselheiro Titular do CEDI

ACEPI

Carlo Roberto de Lima Leitão
Conselheiro Suplente do CEDI
Pastoral da Pessoa Idosa

Evaldo Cavalcante Monteiro
Conselheiro Titular do CEDI
AIC

Antônio Ednaldo de Sousa Soares
Conselheiro Titular do CEDI
ABSPI

Adriana Farias Lacerda de Freitas
Conselheira Titular do CEDI
LTM

Fabiane Danni Araújo
Conselheira Titular do CEDI
OAB/CE

Mariana Lima dos Reis ~~Viana~~
Conselheira Titular do CEDI
SESC

Dalila Rodrigues
Secretária Executiva do CEDI

Pastoral da Pessoa Idosa

Luciana Gomes Marinho
Conselheira Titular do CEDI
APDMCE

Sandra Maria Pires Vieira
Conselheira Suplente do CEDI
AIC

Maria Lúcia da Justa
Conselheira Suplente do CEDI
ABSPI

Lúcia Elena Severo
Conselheira Suplente do CEDI
LTM

Noemi Nascimento Branco
Conselheira Suplente do CEDI
OAB/CE

Maria Aila de Souza
Conselheira Titular do CEDI
TITULAR

Rua Silva Paulet, 334 – Meireles – Fortaleza – Ceará CEP: 60.120.060
Fone/ Fax: (85) 3101.1561 / cediceara@hotmail.com

ATA DA 220 ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DO IDOSO – CEDI/CE

Aos 15 dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois, realizou-se a ducentésima vigésima reunião ordinária da plenária do Conselho Estadual do Direito do Idoso – CEDI/CE, com início às nove horas, de forma presencial, no Auditório da Casa dos Conselhos, Rua Silva Paulet, 334, em primeira convocação a reunião ordinária do Pleno, iniciou-se regida pela Secretaria Executiva do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso **Dalila Rodrigues de Sousa**. Dando início aos trabalhos, verificou-se na folha registro de frequência dos conselheiros (as) a existência de quórum para instalação da plenária. Assim com a presença de 21 conselheiros, a plenária foi instalada em primeira convocação conforme os artigos 17 e 18 do Regimento Interno do CEDI/CE (DOE,17/10/2006) **Registra as presenças dos Conselheiros Governamentais:** Myrla de Sousa Lopes (Suplente - SPS), Rosendo Freitas de Amorim (Titular - SEDUC), Jordente de Oliveira Franco Gomes (Titular - SEPLAG), Ana Cecília de Brito Saunders (Titular - SESA), Ilana Carlos Ferro Castro (Titular - SAP), Maria Gorete Oliveira de Sousa (Titular - SECULT), Paula Gomes da Silveira (Suplente - SECULT), Maria Thais Pinheiro Holanda (Titular - CGE), Elane Mendonça Conde Carneiro (Titular - CASA CIVIL), Maria Zelma de Araújo Madeira (Suplente - CASA CIVIL). - **Registra as presenças dos Conselheiros da Sociedade Civil:** Vejuse Alencar de Oliveira (Suplente – ACEPI), Luciana Gomes Marinho (Titular - APDMCE), Rubem Costa de Oliveira (Titular - PASTORAL DA PESSOA IDOSA), Luciane Ponte de Melo (Suplente - ABRAZ), Evaldo Cavalcante Monteiro (Titular - AIC), Sandra Maria Pires Vieira (Suplente - AIC), Adriana Farias Lacerda de Freitas (Titular - LTM), Antonio Ednaldo de Sousa Soares (Titular - ABSPI), Maria Lúcia da Justa (Suplente - ABSPI), Fabiane Danni Araújo (Titular - OAB/CE), Mariana Lima dos Reis (Titular - SESC), Maria Aila de Souza (Titular - SBGG). **Registra as ausências com as respectivas justificativas dos Conselheiros:** Ronald Botelho de Queiroz (Titular - SSPDS), Helena Maria Rocha Faustino (Titular - SECITECE). Em seguida, a secretária executiva Dalila Rodrigues deu as boas-vindas ao colegiado biênio (2022 - 2024) e fez uma breve dinâmica de autoconhecimento com os conselheiros e a equipe

técnica. Dando início a reunião mensal, as seguintes pautas foram apresentadas: **1. Eleição da Mesa Diretora (Presidente e Vice-Presidente)**; **2. Escolha dos membros das comissões técnicas**; **3. Indicação dos Conselheiros que Representarão o CEDI**; **4. Informes da Secretaria-Executiva**; **5. Encerramento**. Para a **primeira pauta** sobre a eleição da mesa diretora, a secretária executiva Dalila Rodrigues informou aos conselheiros como será feita a eleição e como deverá ser a indicação dos representantes que concorrerão à mesa diretora do CEDI. Foi informado que conforme a lei e o regimento interno do conselho existe a alternância da presidência, que será representada na 10° gestão como presidente um representante da Sociedade Civil e o vice-presidente como representante Governamental. Prosseguindo com a reunião, a Dra. Maryane Lima, advogada do CEDI, fez a leitura do regimento interno e da lei de criação do conselho, a fim de evidenciar as competências do presidente e do vice-presidente e também das comissões técnicas. A conselheira Adriana Lacerda questionou que no artigo 30 do regimento interno está faltando a continuação e que há um possível erro neste regimento. Acerca do erro do regimento, a secretária executiva informou que na 9° gestão do CEDI foi iniciada a reformulação da lei de criação do conselho para que depois fosse reformulado o regimento interno. Foi ressaltado também que o regimento que lido na reunião trata-se do regimento que foi publicado no diário oficial do estado. A conselheira Vejuse Alencar alegou que esse texto deveria ter sido reformulado 180 dias depois da publicação e da eleição da mesa diretora, mas que não houve reformulações. Ela sugeriu ainda que essa reformulação seja pauta para o atual colegiado. Logo depois, a conselheira Adriana Lacerda concordou com a proposta da reformulação, mas ressaltou que antes o colegiado terá que escolher o presidente para fazer as deliberações, por isso, sugeriu dar continuidade à eleição. Todos os conselheiros concordaram com a sugestão da conselheira Adriana Lacerda. A representante da OAB/CE, Fabiane Danni, deu a sugestão que a conselheira Malu sugeriu para leitura do artigo 04 do regimento interno. Seguindo as sugestões, a advogada do CEDI fez a leitura do artigo 04. Prosseguindo, a secretaria executiva pediu para que fossem divididos os grupos sociedade civil e

governo para que pudesse ser escolhido o representante para concorrer à mesa diretora. Foi estipulado um tempo de 10 minutos para cada grupo escolher seus respectivos representantes. Dando continuidade à eleição, a sociedade civil indicou a conselheira Fabiane Danni Araújo representante da OAB/CE e o conselheiro Rubem Costas de Oliveira representando a Pastoral da Pessoa Idosa. A secretária executiva informou que cada indicado teria 03 minutos para apresentar suas propostas para o colegiado. Além disso, informou também que somente o conselheiro titular poderia votar com um tempo de 01 minuto para defesa do vento. O suplente só vota na condição de titular ausente. Logo em seguida a representante Fabiane Danni se apresentou e falou das suas propostas. Em seguida, o representante Rubem Costa apresentou as suas devidas propostas para o colegiado. Após a fala de cada representante foi iniciada a votação para presidência. A eleição para presidente do CEDI obteve sucesso, por unanimidade o colegiado elegeu a conselheira Fabiane Danni Araújo, representante da OAB/CE, para ser presidente da 10° gestão. Prosseguindo com a eleição, os representantes do Governo indicaram o conselheiro Rosendo Freitas de Amorim representante da SEDUC, para concorrer ao posto de vice-presidente. Foi estipulado o tempo de 02 minutos para o candidato apresentar suas propostas, o conselheiro Rosendo Amorim se apresentou e defendeu a sua candidatura para vice-presidente do conselho. O colegiado elegeu o conselheiro Rosendo Amorim para vice-presidente do CEDI. Logo em seguida a palavra foi passada para o Dr. Alexandre Alcântara, representante do Ministério Público. O Dr. Alexandre agradeceu por estar participando da reunião ordinária, onde parabenizou a mesa diretora eleita. Ressaltou que neste momento estamos passando por um momento difícil na democracia na política social e precisamos muito do engajamento da cidadania, pois o presidente ataca diariamente as instituições. Também relatou como foi sua experiência quando foi conselheiro no Conselho Nacional do Idoso. A secretária executiva Dalila Rodrigues informou que a reunião será conduzida pela presidente eleita, Fabiane Danni, a partir daquele momento. Para a **segunda pauta** de escolhas dos membros das comissões técnicas, a secretaria executiva do conselho

informou que foi elaborada uma orientação técnica para os conselheiros acerca da escolha de cada representante nas comissões técnicas. Logo em seguida, a Dra. Maryane fez a leitura das recomendações de como os conselheiros poderão atuar na comissão no biênio (2022-2024). A presidente Fabiane Danni relatou para os conselheiros o que cada um dos representantes deve fazer nas comissões. Foi sugerido que o representante que fizesse parte de instituições de ILPIS não estivesse na comissão de normas e fiscalização, seguindo o mesmo princípio de não ocasionar conflito de interesses para as demais comissões. Alguns conselheiros não concordam com a sugestão. O conselheiro Evaldo, por sua vez, defendeu ser a favor de um regramento mínimo, onde teve uma postura em consonância com as orientações do conselho. O conselheiro Ednaldo alegou que o texto possui apenas um indicativo, mas que não há uma proibição legal. A conselheira Elane disse que concorda com o conselheiro Evaldo e que todos devem ter respeito e ética na tomada de decisões dentro do conselho e, por isso, acredita que o vínculo pode gerar conflito dentro das comissões. A conselheira Vejuse Alencar alegou em sua fala que a equipe técnica do CEDI elaborou um texto em caráter de imposição para que os conselheiros não pudessem escolher em qual comissão poderia fazer parte. Em seguida, a secretária executiva Dalila Rodrigues explicou que o texto não se trata de uma imposição aos conselheiros para escolha das suas devidas comissões, mas sim uma recomendação com base em pesquisas de outros conselhos e nas gestões anteriores do conselho estadual dos direitos do idoso. Em seguida, a conselheira Adriana Lacerda fez a leitura do artigo 21 do regimento onde diz que o conselheiro pode participar de qualquer comissão. Assim, houve consenso que não havia uma pauta a se votar, ficando a cargo do bom senso e da ética de cada conselheiro na escolha de suas respectivas comissões. Seguindo para escolha dos representantes das comissões foram sorteadas as instituições para que cada conselheiro escolhesse a sua devida comissão de atuação. Passando para a **terceira pauta** de escolha dos representantes do CEDI, a presidente do conselho decidiu deixar essa pauta para a próxima reunião ordinária do colegiado. Seguindo para a **quarta pauta**, a secretária executiva do CEDI, Dalila

Rodrigues, repassou os devidos avisos. Partindo para o **encerramento**, a presidente Fabiane Danni agradeceu a participação dos conselheiros e deu por encerrada a reunião. Eu Dalila Rodrigues lavrei a Ata com exposição sucinta dos trabalhos, conclusões e deliberações, conforme Art. 24 do regimento deste Conselho, que dato e assino, após ser assinada pelos demais Conselheiros(as) presentes. Fortaleza/Ce, 15 de julho de 2022.

Myrla de Sousa Lopes Conselheira Suplente do CEDI SPS	Elane Mendonça de Conde Carneiro Conselheira Titular do CEDI CASA CIVIL
Maria Zelma de Araújo Madeira Conselheira Suplente do CEDI CASA CIVIL	Rosendo de Freita Amorim Conselheiro Titular do CEDI SEDUC
Jordete de Oliveira Franco Gomes Conselheira Titular do CEDI SEPLAG	Ana Cecília de Brito Saunders Conselheira Suplente do CEDI SESA
Ilana Carlos Ferro Castro Conselheira Titular do CEDI SAP	Maria Thaís Pinheiro Holanda Conselheiro Titular do CEDI CGE
Maria Gorete Oliveira Sousa Conselheira Titular do CEDI SECULT	Paula Gomes da Silveira Conselheira Suplente do CEDI SECULT

Vejuse Alencar de Oliveira Conselheira Suplente do CEDI ACEPI	Luciana Gomes Marinho Conselheira Titular do CEDI APDMCE
Rubem Costa de Oliveira Conselheiro Titular do CEDI PASTORAL DA PESSOA IDOSA	Luciane Pontes Melo Conselheira Suplente do CEDI ABRAZ
Evaldo Cavalcante Monteiro Conselheiro Titular do CEDI AIC	Sandra Maria Pires Vieira Conselheira Suplente do CEDI AIC
Adriana Farias Lacerda de Freitas Conselheira Titular do CEDI LTM	Antônio Ednaldo de Sousa Soares Conselheiro Titular do CEDI ABSPI
Maria Lúcia da Justa Conselheira Suplente do CEDI ABSPI	Fabiane Danni Araújo Conselheira Titular do CEDI OAB/CE
Dalila Rodrigues Secretária Executiva do CEDI	Maryane Lima Advogada do CEDI
Felipe Rodrigues Técnico Administrativo do CEDI	Edilânia Miranda Assistente Social do CEDI

Rua Silva Paulet, 334 – Meireles – Fortaleza – Ceará CEP: 60.120.060
Fone/ Fax: (85) 3101.1561 / cediceara@hotmail.com

ATA DA 221 ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DO IDOSO – CEDI/CE

Aos dezenove dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e dois, realizou-se a ducentésima vigésima primeira reunião ordinária da plenária do Conselho Estadual do Direito do Idoso – CEDI/CE, com início às nove horas, de forma presencial, no Auditório da Casa dos Conselhos, Rua Silva Paulet, 334, em primeira convocação a reunião ordinária do Pleno, iniciou-se regida pela Presidente do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso, Fabiane Danni Araújo. Dando início aos trabalhos, verificou-se na folha registro de frequência dos conselheiros (as) a existência de quórum para instalação da plenária. Assim, com a presença de 22 conselheiros, a plenária foi instalada em primeira convocação conforme os artigos 17 e 18 do Regimento Interno do CEDI/CE (DOE,17/10/2006).**Registra as presenças dos Conselheiros Governamentais:** Quitéria Clarice Magalhães Carvalho (Titular – SPS), Ana Cristina Valente Peixoto (Suplente –SEDUC), Honorina Batista de Deus Silva (Suplente – SEPLAG), Ana Cecília de Brito Saunders (Suplente – SESA), Ronald Botelho de Queiroz (Titular – SSPDS), Maria Rose Jane Ribeiro Albuquerque (Titular – SECITECE), Hemilly Santos Mourão (Suplente – SECITE – CE), Paula Gomes da Silveira (Suplente – SECULT), Geórgia Peixoto de Oliveira (Suplente - CGE), Elane Mendonça Conde Carneiro (Titular – CASA CIVIL). - **Registra as presenças dos Conselheiros da Sociedade Civil:** Maria Mardenia Sousa Nascimento (Suplente – ACEPI), Luciana Gomes Marinho (Titular – APDMCE), Rubem Costa de Oliveira (Titular – PASTORAL DA PESSOA IDOSA), Gerídice Lorna Andrade de Moraes (Titular – ABRAZ), Evaldo Cavalcante Monteiro (Titular – AIC), Adriana Farias Lacerda de Freitas (Titular – LTM), Maria Lúcia da Justa (Suplente - ABSPI), Fabiane Danni Araújo (Titular – OAB/CE), Noemi Nascimento Branco (Suplente – OAB/CE), Mariana Lima dos Reis (Titular - SESC), Maria Aila de Souza (Titular - SBGG). **Registra as ausências dos Conselheiros:** Myrla de Sousa Lopes (Suplente – SPS), Rosendo Freitas de Amorim (Titular – SEDUC), Jordete de Oliveira Franco Gomes (Titular – SEPLAG) Sylmara Caros Brito dos Santos (Titular – SESA), Ilana Carlos

Ferro Castro (Titular – SAP), Maria do Socorro de Oliveira Matias (Suplente – SAP), Moisés Gonçalves Rodrigues (Suplente – SSPDS), Maria Gorete Oliveira de Sousa (Suplente – SECULT), Maria Thaís Pinheiro Holanda (Titular CGE), Maria Zelma de Araújo Madeira (Suplente – CASA CIVIL), Vejuse Alencar de Oliveira (Titular – ACEPI), Suellem Fortaleza Pinheiro (Suplente – APDMCE), Carlos Roberto de Lima Leitão (Suplente – Pastoral da Pessoa Idosa), Luciane Ponte de Melo (Suplente – ABRAZ), Lúcia Elena Severo (Suplente – LTM), Antônio Ednaldo de Sousa Soares (Titular – ABSPI), Lucila Bonfim Lopes Pinto (Suplente – SBGG). Dando início, a presidente do CEDI Fabianne Danny, cumprimentou o colegiado presente e disse sentir-se feliz por poder participar de forma presencial da reunião mensal. Na sequência, solicitou que todos ao se pronunciarem falem ao microfone para que possa ficar gravado, a fim de que a Equipe Técnica consiga registrar em Ata, e que fosse respeitado o momento de fala dos colegas, e que as falas tenham objetividade para que se possa cumprir o que está em pauta. Prosseguindo, as seguintes pautas foram apresentadas: **1. Aprovação da Ata de Posse 2022-2024 e da Ata Nº 221**; **2. Indicação de Conselheiros (as) para representar o CEDI nas instâncias do Fórum Interconselhos, Comissão de Curadoria – SPS e Comissão Intergestora Bipartite**; **3. Aprovação de Projetos; 4. Capacitação de Conselheiros**; **5. Informes da Secretaria-Executiva; 6. Encerramento.** Logo ap, a Ata de Posse 2022-2024 e Ata de Nº 221 foram colocadas em votação, e obtiveram aprovação com unanimidade. Dando continuidade, a presidente informou sobre as duas vagas disponíveis nas instâncias do Fórum Interconselhos, sendo uma para representante da sociedade civil e outra para governo, e solicitou a manifestação dos interessados em participar. Prosseguindo, o Evaldo Monteiro pediu a fala para fazer uma consideração e relatou que a CIB esta vinculada a Secretaria de Assistência Social, a qual desempenha maior peso com relação as ações voltadas para a Pessoa Idosa. E que em conjunto com os municípios delibera sobre questões da Assistência Social no funcionamento do âmbito estadual. Enfatizou ser importante a participação

dos conselheiros (as) na CIB para que tenha manifestação e levantamento de questões relativas ao Idoso(a). Logo após a conselheira Maria Lúcia da Justa pediu fala e disse que na gestão anterior representava o CEDI na CIB, e que dentro da comissão as pautas só falam de criança e adolescente e que somente esse ano se conseguiu colocar a pauta do Idoso (a). Acrescentou que é importante que os conselheiros (as) representantes do governo estejam ligados a Secretaria de Assistência Social para se ter uma boa representação. Dando continuidade à presidente do CEDI informou que as conselheiras Gerídice Lorna Andrade de Moraes e Quitéria Clarice Magalhães Carvalho se pronunciaram a ocupar as vagas. Na sequência a presidente falou sobre as duas vagas disponíveis para representar a Comissão de Curadoria - SPS, sendo uma sociedade civil e outra do governo e o Evaldo Monteiro explicou que essa comissão realiza o acompanhamento dos casos de gastos dos recursos dos Idosos (as) que estão institucionalizados nos órgãos públicos, e que é importante o acompanhamento e a participação dos conselheiros (as) nas questões que envolve fiscalização. Prosseguindo, a Quitéria Clarice Magalhães Carvalho falou que a Comissão de Curadoria – SPS, foi criada em novembro de dois mil e dezenove, e que para ela foi um sonho realizado por perceber a vulnerabilidade que o Idoso (a) sofre nos aspectos financeiros. Na sequência o conselheiro Ronald Botelho se dispôs a participar da comissão e falou ser um espaço importantíssimo para defender os direitos da Pessoa Idosa, e que pela experiência do seu trabalho realizado na Delegacia de Proteção ao Idoso, pode observar o alto número de casos de violação de direito. Após a Maria Lúcia da Justa perguntou se poderia ser colocado o nome do seu titular Antônio Ednaldo ausente na reunião, para representar a comissão. A presidente do CEDI sugeriu que caso os demais conselheiros não se pronunciassem, a vaga ficasse de stand-by para Antônio Ednaldo e que o mesmo confirmar-se posteriormente a fim de verificar se o mesmo terá essa disponibilidade. Dando continuidade, a presidente apresentou as vagas para o Fórum Interconselhos, e na sequência a Noemi Nascimento Branco, e

Elane Mendonça se pronunciaram a ocupar as vagas do Fórum Interconselhos. Após a presidenta do CEDI, explanou que é importantíssimo que os conselheiros (as) presentes nestas comissões apresentem os relatórios de tudo o que esta sendo discutido e deliberado dentro das comissões, para que os demais conselheiros (as) possam acompanhar o que esta sendo executado. A secretária executiva Dalila Rodrigues enfatizou que os demais representantes do colegiado ao participarem de reuniões e eventos, relatem o que foi discutido para que todos do colegiado tenham conhecimento e compreenda tudo o que esta ocorrendo. Partindo para a pauta de Aprovação de Projetos, a presidente informou que as reuniões das comissões do CEDI, não estão sendo realizadas ainda, porque o CEDI esta articulando uma capacitação com a Marcela Geovana coordenadora da Frente Nacional dos Conselhos, para os conselheiros (as) durante o mês de setembro, a fim de que possam entender o trabalhado realizado dentro das comissões. Disse ainda, que devido o Edital do Itaú a comissão Orçamentos Financias, Analises e Projetos e Gestão do Fundo, tiveram que começar as atividades antes mesmo da capacitação, para que os demais conselheiros pudessem saber o que foi deliberado. Seguindo, a conselheira Maria Lúcia da Justa perguntou a Equipe Técnica do CEDI quantos projetos havia sido aprovados, foi respondido que oito projetos tiveram aprovação. Falou em seguida que não conseguiu entrar na reunião da comissão de Analise e Projetos e que só entrou após insistir e reclamar no grupo da comissão, disse ser inadmissível ficar uma hora e meia esperando, e que só acompanhou metade da reunião, solicitou que fosse registrado em Ata. Continuado, a presidente Fabiane Danni informou que entende a reclamação e que será constado em Ata e considera que não houve desrespeito a uma conselheira necessária para estar presente nessa comissão, e que não se leve isso para o lado pessoal, visto que o foco é contribuir para o direito da Pessoa Idosa. Logo após, a secretária Dalila Rodrigues solicitou o registro em Ata, e falou que a reunião estava sendo gravada e que todos os conselheiros (as) tiveram acesso automático, e que não precisou de aceite para entrar, e que logo

após o ingresso a pessoa já estaria conectada, enfatizou acreditar ter ocorrido algum erro ou problemas na conexão. Acrescentou ainda que o perfil da Equipe Técnica do CEDI, não é de barrar conselheiro (a). Prosseguindo o conselheiro Rubem Costa, requereu que fosse estabelecido um tempo de tolerância para apresentação das pautas e falas em respeito aos que chegam no horário e relatou ainda que recebeu apenas uma Ata no seu email, a Dalila Rodrigues informou que foi enviada as duas. Dando continuidade a presidente fez a leitura do relatório da comissão, da reunião realizada dia dezessete de agosto do corrente ano, a qual teve como pauta a análise dos projetos submetidos ao CEDI para captação de recursos via edital do Itaú 2022, e informou que o conselho recebeu oito projetos a serem chancelados para que possam ser analisados pelo edital do Itaú. Informou que foi acordado pelos presentes na reunião, que os projetos teriam os pareceres aprovados, aprovados com ressalva ou não aprovados. A comissão sugeriu que as instituições que fizerem os ajustem até o final do dia dezoito de agosto, seriam submetidos para aprovação pelo conselho durante a reunião ordinária. Dalila Rodrigues informou que para relatoria dos projetos ficou acordado que cada projeto teria dois conselheiros (as) responsáveis por fazer o relato. Na sequência disse que a Adriana Lacerda ficou responsável pela relatoria do Projeto Reformar para Melhor Acolher – AIC, e do Projeto Conversa na Calçada da União Comunitária de Desenvolvimento de Freixeiras. Na continuação a Adriana Lacerda iniciou a relatoria e explanou que os projetos foram avaliados com base no que o edital do Itaú preconiza, e que quanto ao projeto Reformar para Melhor Acolher – AIC, a secretária executiva ressaltou que no momento o CEDI não pode chancelar o projeto nem para o edital nem para a captação de recursos, pois o conselho possui uma resolução nº 005/2019 que veda a utilização de recurso do fundo para a execução de projetos de reforma, construção e ampliação. Enfatizou que a comissão concordou que a aprovação do projeto para o edital não é uma questão a ser debatida, pois ele não se enquadra em nenhum eixo prioritário ou transversal, tornando-o inapto para concorrer. Entretanto, destacou a

necessidade de revogar a resolução vigente para que os projetos de reforma possam ser executados, assim como o marco regulatório já permite que ocorra atualmente. Portanto, o projeto obteve o parecer final de desfavorável para aprovação por não compor nenhum eixo prioritário. Quanto ao projeto Conversa na Calçada, relatou que a comissão destacou que possui uma idéia boa de integração do Idoso(a) na sociedade, contudo possui muitas ressalvas, sobretudo na metodologia e que não explicar com clareza como serão realizadas as visitações e a inclusão dos demais profissionais no processo. Ressaltou que o quadro apresentado não explana o quantitativo destinado a cada ação elencada, assim como também não o faz para a distribuição dos materiais permanentes, e que o cronograma financeiro está desordenado e confuso. A conselheira relatou que o projeto teve o parecer final de desfavorável para aprovação por não compor nenhum eixo prioritário, mas que a comissão compreendeu que o projeto pode ser melhor trabalhado, para captação posterior de recursos por outros meios. Explanou ainda que em resumo o projeto Conversa na Calçada, tem uma idéia boa, porem as informações ficaram confusas por apresentar divergências na sua execução e por não propor limpidez nos temas transversais quando se refere a intergeracionalidade, visto que não foi delineado de que forma irá acontecer. Após a relatoria, foi dado um momento de fala para os conselheiros (as) se manifestarem. Na sequência o Evaldo Monteiro disse que sentiu falta de algumas coisas e que a comissão precisa pensar e propor ao conselho os critérios para elaboração de projetos, visto que o modelo do edital do Itaú é abrangente e não dá norte para os gastos. E que como o CEDI esta lidando com recursos públicos, esse dinheiro deve ser gastos com critérios de recursos públicos, com toda seriedade e normatização para que o conselho não venha ser penalizado por uso indevido de recurso. Falou que ficou em aberto se as entidades que concorressem ao Itaú e não aprovassem os projetos, elas já ficariam podendo participar dos próprios recursos que o CEDI vai dispor depois, se é somente os que não foram aprovados que poderão receber recursos ou se outros projetos poderiam participar do

recurso do FEICE, e se o Edital do Itaú seria um modelo especifico para o CEDI. Solicitou que as questões levantadas por ele tenham urgência, para que se possa traçar com perceptibilidade os gastos dos recursos. Dando continuidade, a conselheira Maria Lúcia da Justa falou que estranhou a colocação da Adriana Lacerda referente a resolução nº 005/2019 que proíbe reforma, e disse que na comissão passada foi aprovado projetos com gastos para reformas, pediu para que fosse corrigida caso estivesse errada, mas que inclusive foi feito uma visita na região do cariri e que uma instituição na cidade de Barbalha obteve aprovação de reformas. Falou que se existe essa resolução é preciso que ela seja revogada, sugeriu que fosse dado um prazo maior para adequação dos projetos ao Itaú, e que seja agendada uma reunião extraordinária remota com o plenário, para discutir a aprovação dos projetos. Em seguida, a Thavia Rodrigues da equipe e técnica do CEDI falou sobre os parâmetros da seleção do Itaú e informou que na edição atual não consta o item para reformas. Logo após a presidente do CEDI enfatizou que de fato o tempo para analise dos projetos foi curto, mas que a comissão realizou tudo o que podia ser feito, e se fosse possível todos os projetos seriam aprovados, mas que devido os critérios do Itaú não foi aceitável. Falou ainda que referente à resolução que veta as reformas, essa foi deliberada pelo conselho e que somente este pode decidir ou alterar, mas que precisa ser feito uma revisão da mesma, visto que as resoluções são flexíveis. Sugeriu que em outro momento fosse discutido esse assunto com mais tempo para ver as possibilidades de alterar a lei. Continuando a discussão Noemi Branco falou que precisa ser mudada e eliminada a resolução. Logo após Dalila Rodrigues esclareceu que a resolução é de dois mil e dezenove e que projeto em questão que a Maria Lúcia da Justa mencionou é anterior a resolução, por isso que o mesmo pode ser executado e que o CEDI fez uma resolução de transição para atender especificamente esses projetos aprovados, e que o colegiado precisa rever a resolução vigente o quanto antes. Em seguida, a palavra foi passada para conselheira Mariana Reis, que enfatizou já ser consenso entre o colegiado a

reformulação da resolução e que para isso acontecer é preciso que seja passado primeiro pela comissão de Normas e Fiscalização, acrescentou que um projeto só pode ser eliminado quando tem o parecer desfavorável da comissão e o colegiado em votação também não aprova. Informou que dentro da comissão de análise de projeto existem, minutas e normativas com critérios que norteiam a aprovação dos projetos. Sugeriu que os projetos fossem enviados para todo o colegiado, visto ser muito trabalho para que apenas por uma comissão possa avaliar, e recomendou que os conselheiros possam ler e se informar sobre os projetos antes das reuniões, e que seja realizada a revogação da resolução. Prosseguindo com a pauta, a Noemi Branco iniciou a relatoria do projeto Autonomia: ensinando a cuidar do próprio dinheiro – AMCTN, falando que considera o projeto extremamente pertinente, no que compõem a importância do ao Idoso (a) saber se defender da violência financeira. Falou que a comissão sugeriu que fossem incluídas as temáticas do PIX e empréstimos consignados, e que defendeu o aumento do número de idosos beneficiados. Informou que o projeto recebeu da comissão o parecer final de aprovado com ressalvas. Mas uma vez o Evaldo Monteiro enfatizou o cuidado na fiscalização dos gastos dos recursos e de que esses devem ser geridos com seriedade, Noemi Branco continuou falando que a tendência é se tenha mais recurso no fundo, dado numero crescente de instituições aderindo as renuncias ficais. Na sequência foi iniciada a relatoria do projeto Envelhecimento ativo através de Políticas Públicas – SAFS, e discorreu que a visão do projeto é capacitar trinta integrantes do CMDI - Sobral e sessenta Pessoas Idosas, com o objetivo de fortalecer a rede de proteção e inserir o Idoso (a) no cotidiano do controle social do município, a fim de torná-la atuante nas deliberações das ações desenvolvidas pelo CMDI. Relatou que após analise a comissão recomendou que a SAFS incluísse no projeto o detalhamento do tempo de atuação e existência da OSC, aumentar a carga horária de 20h para 40h, definir melhor como seria a captação dos Idosos (as), se serão lideranças comunitárias, membros dos grupos de convivência dos CRAS, esclarecer a divisão das

turmas, definir aplicação do gasto com lanche, explicar a necessidade do uso do carro/combustível. Enfatizou a seguir que o projeto obteve parecer final de aprovado com ressalvas. Seguindo, a presidente Fabiane Danni disse que esteve numa conversa com o secretário Tadeu Lustosa - SPS e apresentou as dificuldades que as instituições têm ao elaborar projetos, principalmente na construção dos objetivos, metodologia, e no retorno das demandas solicitadas para compor o projeto e com base nisso, o secretário se propôs a faze uma capacitação sobre a Criação de Projetos a qual será realizada por regiões. Logo após o projeto Autonomia: ensinando a cuidar do próprio dinheiro – AMCTN, foi colocado para votação no colegiado presente e teve resultado unânime favorável ao parecer da comissão de projeto aprovado com ressalvas. Dando continuidade, o projeto Envelhecimento ativo através de Políticas Públicas – SAFS foi passado pela votação dos conselheiros (as) e o resultado foi unanimemente de acordo com o parecer da comissão, de aprovado com ressalvas. Prosseguindo, o conselheiro Evaldo Monteiro fez a relatoria do projeto Cultura Digital – AMCTN e do EnvelheSER - Instituto de Arte Cidadania do Ceará (IAC), ressaltou que o Cultura Digital é um projeto importante, visto o período de pandemia em que muitos dos Idosos(as) tiveram que aprender a lidar com os instrumentos digitais e que muitos tiveram dificuldade. Entretanto, relatou que a comissão fez algumas ressalvas e solicitou que fosse acrescentado o material impresso com fonte acessível, detalhar melhor o recurso gasto com alimentação, definir critérios de captação do Idoso (a) participante, elaborar um termo de responsabilidade onde a Pessoa Idosa se responsabilize pelo cuidado do tablet para obtê-lo somente com uma frequência mínima e verificar o número de meta. Disse que devido às questões levantadas o projeto recebeu parecer final de projeto aprovado com ressalvas. Referente ao projeto EnvelheSER - Instituto de Arte Cidadania do Ceará (IAC), descreveu que o mesmo passou por uma reforma significativa, e o que foi solicitado pela comissão foi atendido, porém permaneceu o item percentual de vinte por cento destinado ao FEICE, ao invés de cinco por cento, por isso precisa ser feito a correção. Na sequência

a secretária executiva, informou que os projetos que foram solicitados e realizados ajustem já foram encaminhados por email para os conselheiros (as). Dando continuidade, o projeto Cultura Digital – AMCTN foi colocado em votação e o plenário deliberou a favor do parecer da comissão aprovado com ressalva. Seguindo para votação do projeto EnvelheSER - Instituto de Arte Cidadania do Ceará (IAC), o colegiado presente votou unânime de acordo com o parecer da comissão, projeto aprovado com ressalvas. Prosseguindo com a relatoria, a conselheira Hemilly Mourão representante da SECITECE, discorreu sobre o projeto Diagnóstico das condições de existência de Pessoas Idosas residentes em ILPIs – ACEPI e Acessibilidade digital 60+ do Raízes da Vida. Seguiu relatando sobre o projeto Diagnóstico das condições de existência de Pessoas Idosas residentes em ILPIs, e enfatizou a relevância do projeto, porém com observação para os aspectos da metodologia, da tabela e a questão orçamentária que carecem clareza. Informou que o parecer da comissão foi de projeto aprovado com ressalvas, e que já foi solicitado a ACEPI as correções necessária, entretanto a instituição não conseguiu enviar as ressalvas. Quanto à situação dos projetos que as instituições não conseguiram enviar em tempo hábil, a Dalila Rodrigues sugeriu que a comissão pudesse fazer o reajuste do tempo para envio das correções e que o colegiado realiza-se uma reunião extraordinária, para que durante esse período as intuições possam apresentar as respectivas conformidade nos projetos. Na sequência, Maria Lucia da Justa solicitou a fala disse que é do conhecimento de todos que ela faz parte da diretoria da ACEPI, e que por isso não se manifestou durante as observações da comissão, mas que ontem em conversa com a Vejuse Alencar, ela informou que recebeu do CEDI, a solicitação dos ajustes às quinze horas e trinta minutos para que ela respondesse até as dezesseis horas, e a mesma falou que não seria possível responde as ressalvas em meia hora. A conselheira Maria Lúcia da Justa acrescentou que a ACEPI é uma entidade séria e o intuído dela é de construir e melhorar, disse ainda que considerou pertinente as considerações da Hemilly Mourão mas que o conselho não

deixasse de aprovar o projeto com ressalvas. A presidente do conselho falou em seguida que se tem a noção do tempo corrido para enviou das ressalvas dos projetos, e que por isso a necessidade de uma reunião extraordinária. Enfatizou ainda que não foi dito em nenhum momento que o projeto não era bom, necessário ou que a ACEPI não é uma instituição seríssima, e solicitou para que fosse registrado em ata a sua fala. Continuando, a secretaria executiva disse que o conselho e a equipe técnica fez de tudo para agilizar e colaborar com as instituições referentes ao envio dos reajustes dos projetos. A seguir a conselheira Noemi Branco se pronunciou em relação à fala da Maria Lucia da Justa, e disse que se preocupa porque nem todas as instituições que estão em pauta têm o direito de defesa, e outro ponto a se pensar é que as pessoas ligadas às instituições não devem participar da avaliação de projetos. A presidente sugeriu que nas próximas reuniões as instituições possam vir apresentar e defender os seus projetos. Na sequência Rubem Costa falou que todas as entidades tiveram seu tempo para os reajuste e que somente uma não enviou e que a extensão de novos prazos poderia causar mais demora no processo de entrega dos ajustes. Adriana Lacerda falou que em comissão foi decido uma reunião extraordinária para que as instituições pudessem voltar a analisar as ressalvas e dá aprovação conclusiva. E que se tem de levar em consideração que os projetos não estão sendo avaliados para os critérios do FEICE, mas sim para o edital do Itaú que possui critérios técnicos diferentes. Continuando parabenizou o trabalho e capacidade técnica realizada pelos conselheiros (as) da comissão de analise de projetos. Seguindo, a presidente do CEDI agradeceu a participação da comissão, e ressaltou o trabalho realizado pela Equipe Técnica, assim como o empenho da Thavia Rodrigues para construir o relatório. Prosseguindo, Hemilly Mourão iniciou a relatoria do projeto Acessibilidade digital 60+ - Raízes da Vida, e discorreu que a comissão o considerou importante, no entanto com ressalvas na metodologia quanto à questão numero de Idosos (as) nas turmas, e do termo tecnologia assistida que não ficou nítido, e que noventa por cento do valor total orçamentário do

projeto esta sendo destinado ao pagamento de recursos humanos. Relatou que devido a essas demandas o projeto recebeu parecer final desfavorável para aprovação, e que será realizada uma visita à instituição para averiguar melhor a execução da primeira edição do projeto, detalhamentos da segunda edição e das cobranças de taxas para os Idosos(as). Seguindo a reunião, os dois projetos relatados foram colocados em votação e o colegiado deliberou a aprovação do parecer favorável com ressalvas dado pela comissão ao projeto Diagnóstico das condições de existência de Pessoas Idosas residentes em ILPIs. Referente ao projeto Acessibilidade digital 60 da instituição Raízes da Vida, os conselheiros (as) e votaram de acordo com o parecer desfavorável da comissão. A secretária Executiva Dalila Rodrigues sugeriu que fosse dado um prazo para os três projetos com pareceres desfavoráveis para que os mesmo pudessem até terça ou quarta feira próxima conseguir enviar os reajustes para comissão analisar, e uma reunião extra ordinária de forma remota no dia vinte seis de agosto do corrente ano. A presidente recomendou que fosse dado um prazo para ACEPI, na sequência a secretária executiva disse que poderia ser dado um prazo para todos até mesmo para o projeto da AIC, visto que em conversa durante a semana com a plataforma o Itaú foi orientado que esses projetos poderiam encaminhar os seus reajustes. Informou que todos os projetos avaliados terão a publicação da resolução até próxima semana e que os demais será enviado até sexta feira dia vinte deste mês para publicar a resolução, e que o prazo para o envio das resoluções para o Itaú é até o dia nove de setembro, sendo assim as instituições teriam mais tempo hábil, no caso se o colegiado decidir que aprova. Logo após todos conselheiros (as) aprovaram as sugestões da secretária executiva Dalila Rodrigues. Seguindo para a **quinta pauta**, a presidente do CEDI, Fabiane Danni, repassou os devidos avisos. Partindo para o **encerramento**, a presidente Fabiane Danni agradeceu a participação dos conselheiros e deu por encerrada a reunião. Eu Dalila Rodrigues lavrei a Ata com exposição sucinta dos trabalhos, conclusões e deliberações, conforme Art. 24 do regimento deste Conselho, que dato e

assino, após ser assinada pelos demais conselheiros e conselheiras presentes. Fortaleza/Ce, 19 de Agosto de 2022.

Quitéria Clarice Magalhães de Carvalho Conselheira Titular do CEDI SPS	Ana Cristina Valente Peixoto Conselheira Suplente do CEDI SEDUC
Honorina Batista de Deus Silva Conselheira Suplente do CEDI SEPLAG	Ana Cecília de Brito Saunders Conselheiro Suplente do CEDI SESA
Ronald Botelho de Queiroz Conselheira Titular do CEDI SSPDS	Maria Rose Jane Ribeiro Albuquerque Conselheira Titular do CEDI SECITECE
Hemilly Santos Mourão Conselheira Suplente do CEDI SECITECE	Paula Gomes da Silveira Conselheiro Suplente do CEDI SECULT
Geórgia Peixoto de Oliveira Conselheira Suplente do CEDI CGE	Elane Mendonça Conde Carneiro Conselheira Titular do CEDI CASA CIVIL
Maria Mardenia Sousa Nascimento Conselheira Suplente do CEDI ACEPI	Luciana Gomes Marinho Conselheira Titular do CEDI APDMCE

Rubem Costa de Oliveira Conselheiro Titular do CEDI PASTORAL DA PESSOA IDOSA	Geridíce Lorna Andrade de Moraes Conselheira Titular do CEDI ABRAZ
Evaldo Cavalcante Monteiro Conselheiro Titular do CEDI AIC	Adriana Farias Lacerda de Freitas Conselheira Titular do CEDI LTM
Adriana Farias Lacerda de Freitas Conselheira Titular do CEDI LTM	Antônio Ednaldo de Sousa Soares Conselheiro Titular do CEDI ABSPI
Maria Lúcia da Justa Conselheira Suplente do CEDI ABSPI	Fabiane Danni Araújo Conselheira Titular do CEDI OAB/CE
Noemi Nascimento Branco Conselheira Suplente do CEDI OAB/CE	Mariana Lima dos Reis Conselheira Titular do CEDI SESC
Elisângela Brito da Câmara Conselheira Suplente do CEDI SESC	Maria Aila de Souza Conselheira Titular do CEDI SBGG

Dalila Rodrigues Secretária Executiva do CEDI	

377
378
379

ATA DA 222 ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DO IDOSO – CEDI/CE

Aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, realizou-se a ducentésima vigésima segunda reunião ordinária da plenária do Conselho Estadual do Direito do Idoso – CEDI/CE, com início às nove horas, de forma presencial, no Auditório da Casa dos Conselhos, Rua Silva Paulet, 334, em primeira convocação a reunião ordinária do Pleno, iniciou-se regida pela Presidente do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso, **Fabiane Danni Araújo**. Dando início aos trabalhos, verificou-se na folha registro de frequência dos conselheiros (as) a existência de quórum para instalação da plenária. Assim, com a presença de 15 conselheiros, a plenária foi instalada em primeira convocação conforme os artigos 17 e 18 do Regimento Interno do CEDI/CE (DOE,17/10/2006). **Registra as presenças dos Conselheiros Governamentais:** Myrla de Sousa Lopes (Suplente – SPS), Rosendo Freitas de Amorim (Titular –SEDUC), Jordete de Oliveira Franco Gomes (Titular – SEPLAG), Sylmara Caros Brito dos Santos (Titular – SESA), Ronald Botelho de Queiroz (Titular – SSPDS), Maria Gorete Oliveira de Sousa (Titular – SECULT), Paula Gomes da Silveira (Suplente – SECULT), Maria Thais Pinheiro Holanda (Titular - CGE. - **Registra as presenças dos Conselheiros da Sociedade Civil:** Maria Mardenia Sousa Nascimento (Suplente – ACEPI), Luciana Gomes Marinho (Titular – APDMCE), Luciane Ponte de Melo (Suplente – ABRAZ), Sandra Maria Pires Vieira (Suplente – AIC), Adriana Farias Lacerda de Freitas (Titular – LTM), Fabiane Danni Araújo (Titular – OAB/CE), Elisângela Brito da Câmara (Suplente – SESC. **Registra as ausências justificadas dos Conselheiros:** Ilana Carlos Ferro Castro (Titular – SAP), Maria Rose Jane Ribeiro Albuquerque (Titular – SECITECE), Maria Zelma de Araújo Madeira (Suplente – CASA CIVIL), Rubem Costa de Oliveira (Titular – PASTORAL DA PESSOA IDOSA), Antônio Ednaldo de Sousa Soares (Titular – ABSPI), Maria Aila de Souza (Titular – SBGG). Em seguida, a presidente Fabianne Danni saudou o Dr. Rogério Cristino que o gestor e fiscal do fundo, por estar presente na reunião, logo em seguida realizou o acolhimento de todos os conselheiros e conselheiras. Dando

início a nossa reunião mensal, as seguintes pautas foram apresentadas: **1. Aprovação Ata 221ª; 2. Relato das Comissões; 3. Informes da Secretaria-Executiva; 4. Encerramento. Para a primeira pauta sobre a Ata número duzentos e vinte e um,** houve aprovação por unanimidade pelos conselheiros. **Na segunda pauta houve o relato das comissões.** Na comissão de Orçamento, Finanças, Análise de Projetos e Gestão do Fundo, a conselheira Myrla Lopes fez o relato da última reunião, onde relatou que foi escolhido o coordenador da comissão que será o conselheiro Evaldo Monteiro, entretanto a comissão não escolheu o relator. Como encaminhamento para a próxima reunião ficou a escolha do relator. A comissão fez a análise dos projetos "Mulheres Engajadas na Economia" e "Tecendo Laços e Saberes". A presidente relatou que o único projeto que retornou para análise com ajustes foi o projeto Mulheres Engajadas na Economia. A presidente e a conselheira Myrla disseram ser favoráveis à aprovação deste projeto. A conselheira Thais perguntou se a quantidade de matéria e todas as indagações atendeu aos critérios de análises. A conselheira Myrla disse que após as alterações o projeto retornou para comissão e foi encaminhado para o conselheiro Evaldo avaliar. A presidente relatou que após os ajustes a comissão foi favorável à aprovação, porém aguardava o conselheiro Evaldo analisar, contudo não obteve retorno do conselheiro até o momento da reunião. A conselheira Adriana Lacerda disse que não fez a leitura do projeto, mas ressaltou que o conselheiro Evaldo ponderou muitos aspectos, incluindo a escrita. A conselheira também exclamou que o projeto deve voltar para que a comissão possa analisar novamente. A presidente relatou que a análise do projeto ficou prejudicada por falta de retorno da análise do conselheiro, portanto não será necessária a votação para aprovação do projeto no momento da reunião, ficando como pauta para a próxima reunião. A presidente Fabiane Danni pediu um pouco de atenção aos conselheiros nas reuniões das comissões, pois as reuniões estão sendo encerradas por falta de quórum e por isso não foi finalizado os planos de ações das comissões, deixando muitas demandas pendentes. A conselheira Adriana relatou que a comissão de análise de projeto ficou com um projeto sem análise e deu a sugestão que o plano de ação seja a

única pauta da reunião para poder ser finalizado. A presidente dissertou que não está chamando atenção só de uma comissão específica, pois a falta de quórum foi em todas as comissões. Na comissão de Normas e Fiscalização, a conselheira Gorete fez o relato da última reunião da comissão, onde teve as seguintes pautas: escolha do relator e do coordenador da comissão e o planejamento do plano de ação. Na primeira foi escolhida para ser a relatora a conselheira Gorete Oliveira e como coordenadora a conselheira Noemi Branco. Foi relatado também que por falta de quórum a reunião teve que ser encerrada e não pôde ser concluído o plano de ação da comissão. A conselheira Thais Pinheiro falou em nome da coordenadora Noemi Branco, que havia sugerido a ela sobre como estão sendo as fiscalizações dos conselhos municipais nas ILPIS. A conselheira Thais falou da ILPI do estado do Ceará que é a ILPI Olavo Bilac e deu a sugestão da comissão oficializar à SPS para poder entrar no próximo "MAPP" a solicitação de uma nova infraestrutura para abrigar mais pessoas em nome do estado. A conselheira Adriana disse que a última reforma do abrigo durou quase dez anos. A conselheira Thais relatou que quando era conselheira de outra gestão ela foi fazer uma fiscalização de uma denúncia e quando chegou lá teve que fazer várias fiscalizações de outros problemas. A presidente destacou o fato das ILPIS ainda serem muito graves e complicadas, exemplificando que em Juazeiro do Norte todas as instituições são filantrópicas e é muito difícil as coisas para as instituições. A prioridade segue sendo a criança e o adolescente, infelizmente o idoso ainda não é tão visto. A conselheira Adriana relatou que tiveram idosos que precisavam de abrigo e que o município de Fortaleza visitou e não concedeu a inscrição porque já está precária a situação nos abrigos. A conselheira também relatou que teve idosa que sofreu violência sexual e física e foram para o mesmo abrigo. A presidente informou aos conselheiros que já teve uma reunião com a secretaria executiva do CEDI para elaborar um projeto de visita em 14 municípios para fazer capacitação e também um levantamento das ILPIS que existem no estado. Para a comissão de políticas públicas, a conselheira Sylmara fez o relato da última reunião, onde informou que a comissão decidiu como relator a conselheira Geridice e como coordenadora a conselheira Mariana. A conselheira

Sylmara falou sobre o projeto "Dgero Brasil Qualificação do atendimento à Pessoa Idosa" que é um projeto de apoio do Ministério da Saúde junto com a universidade de São Carlos, que visa qualificar o olhar voltado para o idoso. A presidente do conselho informou sobre a capacitação dos conselheiros, onde a frente nacional concordou que a capacitação deve ter início no mês de outubro. Serão dois dias de capacitação de forma remota. Ressaltou também que as comissões serão beneficiadas e que os municípios poderão participar da capacitação. A secretária executiva do CEDI, Dalila Rodrigues, explicou como será a capacitação dos conselheiros. A presidente também informou do evento que ocorrerá no dia 20 de setembro em Quixeramobim. A conselheira Myrla falou um pouco do seminário do INSS que ocorrerá no mês de outubro. A presidente relatou como foi a agenda do CEDI com os conselheiros durante o mês de setembro. O conselheiro Rosendo relatou um pouco sobre como foi o encontro na biblioteca BECE. A conselheira Myrla disse que tem um grupo de leitura que ocorre na semana, no qual fazem uma roda de leitura para pessoas idosas. A técnica do CEDI falou também como foi que aconteceu a visita na biblioteca, onde relatou que a ex-presidente Vyna propôs um projeto de conversa com as ILPIS e as OSC para fazer uma visita na BECE para que os idosos possam ter acesso ao que ocorre na biblioteca. A presidente mencionou um pouco da capacitação da RENADI. A secretária executiva do CEDI relatou as visitas que estão acontecendo nas OSC a fim de fiscalizar os projetos aprovados junto ao fundo. Foi relatada a visita na Casa da União que tem 3 projetos aprovados no fundo e também na AMCTN. Seguindo para o **encerramento da reunião**, a presidente informou as datas de reuniões que ocorreram durante o mês e sobre a exposição que ocorrerá em Quixeramobim. A presidente Fabiane Danni agradeceu pela participação de cada um na reunião e deu por encerrada a reunião do colegiado. Eu Dalila Rodrigues lavrei a Ata com exposição sucinta dos trabalhos, conclusões e deliberações, conforme Art. 24 do regimento deste Conselho, que dato e assino, após ser assinada pelos demais conselheiros e conselheiras presentes. Fortaleza/Ce, 16 de setembro de 2022.

121

Myrla de Sousa Lopes
Conselheira Suplenter do CEDI
SPS

Rosendo Freitas de Amorim
Conselheiro Titular do CEDI
SEDUC

Jordete de Oliveira Franco Gomes
Conselheira Titular do CEDI
SEPLAG

Sylmara Caros Britos dos Santos
Conselheira Titular do CEDI
SESA

Ronald Botelho de Queiroz
Conselheiro Titular do CEDI
SSPDS

Maria Gorete de Oliveira de Sousa
Conselheira Titular do CEDI
SECULT

Paula Gomes da Silveira
Conselheira Titular do CEDI
SECULT

Maria Thais Pinheiro Holanda
Conselheira Titular do CEDI
CGE

Maria Mardenia Sousa Nascimento
Conselheira Suplente do CEDI
ACEPI

Luciana Gomes Marinho
Conselheira Titular do CEDI
APDMCE

Luciane Pontes de Melo
Conselheira Suplente do CEDI
ABRAZ

Sandra Maria Pires Vieira
Conselheira Suplente do CEDI
AIC

Adriana Farias Lacerda de Freitas Conselheira Titular do CEDI LTM	Fabiane Danny Araújo Conselheira Titular do CEDI OAB
Elisângela Brito da Câmara Conselheira Suplente do CEDI SESC	Dalila Rodrigues Secretária Executiva do CEDI
Yasmin Souza Técnica do CEDI	Felipe Rodrigues Técnico do CEDI
Kerley Martins Técnica do CEDI	Maryane Cruz Advogada do CEDI

ATA DA 45 ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DO IDOSO – CEDI/CE

Aos 29 dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, realizou-se a quadragésima quinta reunião extraordinária da plenária do Conselho Estadual do Direito do Idoso – CEDI/CE, com início às nove horas, de forma remota, em primeira convocação a reunião ordinária do Pleno, iniciou-se regida pela Presidente **Fabiane Danni Araújo.** Dando início aos trabalhos, verificou-se na folha registro de frequência dos conselheiros(as) a existência de quórum para instalação da plenária. Assim com a presença de 18 conselheiros (as), a plenária foi instalada em primeira convocação conforme os artigos 17 e 18 do Regimento Interno do CEDI/CE (DOE,17/10/2006) **Registra as presenças dos Conselheiros Governamentais:** Quitéria Clarice Magalhães Carvalho (Titular - SPS); Myrla de Sousa Lopes (Suplente – SPS); Jordete de Oliveira Franco Gomes (Titular – SEPLAG); Honorina Batista de Deus Silva (Suplente – SEPLAG); Maria Gorete Oliveira de Sousa (Titular – SECULT); Sylmara Caros Brito dos Santos (Titular – SESA); Ilana Carlos Ferro Castro (Titular – SAP); Maria Thaís Pinheiro Holanda (Titular – CGE). **Registra as presenças dos Conselheiros da Sociedade Civil:** Noemi Nascimento Branco (Suplente – OAB); Maria Aila de Souza (Titular – SBGG); Luciana Gomes Marinho (Titular – APDMCE); Evaldo Cavalcante Monteiro (Titular – AIC); Vejuse Alencar de Oliveira (Titular – ACEPI); Maria Mardenia Campos (Suplente – ACEPI); Antônio Ednaldo de Sousa Soares (Titular – ABSPI); Maria Lúcia da Justa (Suplente – ABSPI); Rubem Costa de Oliveira (Titular – Pastoral do Idoso); Gerídice Lorna Andrade de Moraes (Titular - ABRAZ) **Registra as ausências com as respectivas justificativas dos Conselheiros:** Rosendo Freitas de Amorim (Titular – SEDUC); Ronald Botelho de Queiroz (Titular – SSPDS); Maria Rose Jane Ribeiro Albuquerque (Titular – SECITECE); Elane Mendonça Conde Carneiro – Casa Civil); Adriana Farias Lacerda de Freitas (Titular – LTM). Em seguida a Presidente **Fabiane Danni** fez a leitura das seguintes pautas: **1. Aprovação de aumento do Certificado de Captação de Recursos - CCR do Projeto Chá Tecnológico (2ª versão); 2. Apresentação do Cronograma de atividades do Manual de fiscalização da ILPIS.** Para a primeira pauta sobre o Aumento da CCR, a secretária-executiva Dalila Rodrigues solicitou a Conselheira Quitéria Clarice que fizesse a leitura do **Relatório da Comissão de Orçamento, finanças, análise de Projetos e gestão do fundo**, bem como do **Parecer** que teve como resultado ser **favorável** a liberação do mesmo, com exceção de voto desfavorável do Conselheiro Evaldo. A secretária Dalila fez um destaque sobre a aprovação do Projeto na gestão passada. A Conselheira Malu se inscreveu para fazer suas considerações destacando as observações e análise do Conselheiro Evaldo que assim como ela fazem parte da Comissão que analisa projetos. A

Conselheira Malu continuou justificando seu voto favorável ao Parecer da Comissão devido o Projeto em sua primeira versão ter ocorrido de maneira adequada. Trouxe em sua fala "sentir uma incapacidade de analisar e aprovar projetos", pois considerou de extrema importância as avaliações do Conselheiro Evaldo. Malu reforça que seja oferecido aos Conselheiros uma Capacitação com normatizações (passo a passo) sobre como avaliar projetos, onde sugeriu o Conselheiro Evaldo para tal realização. O conselheiro Ednaldo ratificou as falas da conselheira Malu, destacando que o Conselho proporcione essa Capacitação para análise de Projetos e colocando seu voto favorável ao parecer da Comissão. Após fala dos Conselheiros Malu e Ednaldo, a Conselheira Noemi também se colocou de acordo com o pedido da capacitação. Em seguida a Conselheira Quitéria Clarice solicitou a continuidade da votação sobre o Parecer da Comissão. O conselheiro Evaldo solicitou fala para esclarecer e justificar seu voto desfavorável ao parecer da comissão, informando que não se sente confortável em aprovar o projeto como está, destacando a planilha de distribuição de custos não ser clara e algumas inconsistências, além fazer observação sobre o volume do valor que é solicitado pelo projeto para sua execução, também faz critica sobre a carga horária da capacitação, gastos que devem ser esclarecidos. Com essas inconsistências o conselheiro Evaldo não vê como aprovar o parecer. O conselheiro Evaldo destacou sobre o pouco tempo para avaliação dos projetos que são enviados para a Comissão analisar, chamou atenção para a responsabilidade em ser criterioso ao analisar e aprovar projetos e da utilização de recursos públicos. A Conselheira Luciana pediu fala e fez destaque sobre a responsabilidade e sobre a importância da Comissão que analisa projetos, bem como de sua preocupação em ouvir relatos de conselheiros que fazem parte desta Comissão dizerem não se sentir seguros para fazer essas avaliações. A conselheira Luciana sugere parar essas avaliações, capacitar os conselheiros, dando o mínimo de informações para que eles tenham propriedade para exercer essa função, também observou que quando a secretária Dalila coloca que o conselheiro que tem a expertise em avaliar projeto no contexto do colegiado e este conselheiro (Evaldo) não aprova nem com as alterações, nem com solicitação de retificação, isso é de chamar atenção. Dito isso a conselheira Luciana se colocou a disposição para contribuir com a Capacitação. Em face ao que foi exposto a conselheira Luciana se coloca como desfavorável ao parecer da Comissão. Em seguida o conselheiro Evaldo completou dizendo que o conselho precisa ter um parâmetro, uma matriz para avaliar projetos. A conselheira Noemi se pronunciou para explicar que neste momento o que está sendo analisado é liberar ou não o projeto para captar recursos, em outro momento quando o projeto for ser executado passará por

uma análise mais criteriosa. A Presidente Fabiane Danni explica que este projeto está em sua segunda versão, portanto, teve sua primeira versão executado na gestão anterior e questionou como foi a execução do mesmo. Assim a secretária Dalila foi solicitada a expôr suas considerações sobre a execução da primeira versão do projeto, a mesma deixou claro que as atividades foram acompanhadas pelo colegiado da gestão (2020-2022), que os conselheiros acompanharam as primeiras aulas presenciais com entrega de tablets, orientações de como acessar o link para as aulas, a instituição apresentou relatórios de execução final do projeto (os conselheiros receberam esses relatórios por e-mail), Dalila explicou também que existe o sistema do Eparcerias (constando pagamentos efetuados), que além do acompanhamento por parte dos conselheiros, existe um plano de trabalho que é acompanhado pelo Setor de Controle Interno e pelo Setor Jurídico da SPS e que somente depois de passar por esses dois setores e este sendo aprovado é que se dá o início da execução do projeto com o repasse de recursos, após essa aprovação o projeto é acompanhado pelo colegiado mais especificamente pela comissão que o aprovou. Na gestão anterior a instituição recebeu a visita da Presidente Vyna Leite e do Gestor Fiscal Cristino. Existe cronograma de visitas às instituições e das aulas. O CEDI recebe relatórios do Gestor fiscal na execução pelo sistema Eparcerias (Guardião). Sobre a primeira versão do projeto em questão o CEDI acompanhou as aulas remotamente (em razão do período de pandemia). Após todas as considerações foi realizado a contagem dos votos levando em consideração o parecer favorável ao aumento da CCR pela Comissão de Orçamento, finanças, análise de Projetos e gestão do fundo. Segue nome dos conselheiros e suas votações referentes ao Parecer da Comissão, a primeira a votar foi a conselheira titular da CGE, **Thais** que votou **favorável** e ressaltou que a Comissão além de acompanhar a execução desse projeto deve fazer um manual para orientar as avaliações dos mesmos, segundo conselheiro a votar **favorável** foi o Sr **Ednaldo** titular da ABSPI, o conselheiro **Evaldo** titular da AIC votou **desfavorável**, a quarta conselheira **Ilana** titular da SAP votou **favorável**, a quinta conselheira **Honorina** suplente da SEPLAG votou **favorável,** a sexta conselheira **Gorete** titular da SECULT votou **favorável,** a sétima conselheira **Mardênia** suplente a ACEPI optou **abster-se** do voto, a oita conselheira **Sylmara** titular da SESA votou **favorável**, a nona conselheira **Quitéria Clarice** titular da SPS votou **favorável**, a décima conselheira **Geridice** titular da ABRAZ votou **favorável**, a décima primeira conselheira **Aila** da SBGG votou **favorável**, a décima segunda conselheira **Luciana** titular da APDMCE votou **desfavorável**, a décima terceira Presidente e titular da OAB **Fabiane Danni** votou **favorável**. Totalizando **10 votos favoráveis**, 02 votos desfavoráveis e 01 abstenção. Desta forma o aumento da

CCR foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes na quadragésima quinta reunião extraordinária do CEDI. Antes de passar para a segunda pauta a Conselheira Quitéria Clarice solicitou que seja feito um protocolo de acompanhamento de execução do projeto. O conselheiro Evaldo solicitou que seja dado um *prazo de um mês para que os projetos sejam analisados pela Comissão e que esta delibere acerca desse prazo*. A conselheira Thais sugeriu acrescentar no protocolo de acompanhamento dos projetos a relação das pessoas que compõe a instituição e o cargo que ocupam nelas. Seguindo para a segunda pauta, a Presidente Fabiane Danni solicitou que a conselheira Vejuse apresentasse o cronograma de atividades do Manual de fiscalização da ILPIS e o manual. A conselheira Vejuse explicou que a diagramação está finalizada, que o arquivo final que irá para a gráfica foi encaminhado para o e-mail do CEDI, para que este formalize que está de acordo e que autoriza ir para a gráfica e produção do E-book. Vejuse explicou também que encontrou uma gráfica aqui em Fortaleza que ofereceu entregar as impressões em um prazo menor, redução de custo para entrega em comparação ao orçamento feito em São Paulo. Para isto a secretária Dalila orientou que a Sra Vejuse envie ofício pedindo mudança de rubrica detalhando dentro do plano de trabalho a justificativa de alteração, em seguida o gestor e fiscal dará um parecer favorável ou não e a partir daí segue os trâmites para o apostilamento. Seguindo sobre a pauta, a conselheira Thaís perguntou quando e onde será o lançamento do Manual. A sugestão de data ficou para o dia 18 de outubro, às 09 horas e por unanimidade os conselheiros votaram no Auditório da Casa de São Vicente para sediar o evento. Foi sugerido pela conselheira Thais que seja feito convite para os dirigentes das IPLIs de Fortaleza para que participem do Evento. A secretária Dalila recapitulou os *encaminhamentos informando que baseado na aprovação do parecer favorável ao aumento da CCR, o CEDI fará uma resolução que será enviada para assinatura da Presidente Fabiane Danni* e posteriormente ser publicado, após a publicação será enviado uma CCR com o valor ajustado para o Instituto para o Desenvolvimento Tecnológico e Social – IDEAR. Eu Dalila Rodrigues lavrei a Ata com exposição sucinta dos trabalhos, conclusões e deliberações, conforme Art. 24 do regimento deste conselho, que dato e assino, após ser assinada pelos demais conselheiros(as) presentes. Fortaleza/Ce, 29 de setembro de 2022.

Fabiane Danni Araújo

Quitéria Clarice Magalhães Carvalho

Presidente do CEDI
OAB/CE

Myrla de Sousa Lopes
Conselheira Suplente do CEDI

SPS

Conselheira Ttular do CEDI
SPS

Maria Thaís Pinheiro Holanda
Conselheira Titular do CEDI

CGE

Honorina Batista de Deus Silva
Conselheira Suplente do CEDI
SEPLAG

Maria Gorete Oliveira de Sousa
Conselheira Titular do CEDI
SECULT

Sylmara Caros Brito dos Santos
Conselheira Titular do CEDI
SESA

Ilana Carlos Ferro Castro
Conselheira Titular do CEDI
SAP

Gerídice Lorna Andrade de Moraes
Conselheira Titular do CEDI

ABRAZ

Noemi Nascimento Branco
Conselheira Suplente do CEDI
OAB/CE

Maria Aila de Souza
Conselheira Titular do CEDI
SBGG

Luciana Gomes Marinho
Conselheira Titular do CEDI
APDMCE

Evaldo Cavalcante Monteiro Conselheiro Titular do CEDI AIC	Vejuse Alencar de Oliveira Conselheira Titular do CEDI ACEPI
Mardenia Campos Conselheira Suplente do CEDI ACEPI	Antônio Ednaldo de Sousa Soares Conselheiro Titular do CEDI ABSPI
Maria Lúcia da Justa Conselheira Suplente do CEDI ABSPI	Rubem Costa de Oliveira Conselheiro Titular do CEDI Pastoral da Pessoa Idosa
Yasmin Souza Técnica do CEDI	Dalila Rodrigues Secretária Executiva do CEDI